## Imigrantes portugueses, sociedade comercial e esquemas matrimoniais no Brasil Meridional: o início da trajetória de Agostinho José Pereira Lima no município de Morretes (Província de São Paulo, 1841-1851)

ANDRÉ LUIZ MOSCALESKI CAVAZZANI<sup>1</sup> Centro Universitário Internacional De Curitiba

# SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná

Resumo: O presente artigo apresenta uma investigação sobre o processo de inserção do português Agostinho José Pereira Lima (1816-1864) no município de Morretes, em um recorte temporal que abrange os anos de 1841 a 1851. O objetivo deste estudo é produzir um conhecimento sobre as formas de absorção e mobilidade social de imigrantes portugueses no extremo sul da Província de São Paulo na primeira metade do século XIX. Neste artigo é realizada a sustentação de três argumentos. Primeiro, compete demonstrar que a inserção de portugueses em município do litoral paulista era frequentemente uma consequência do insucesso do projeto de se enraizar na cidade do Rio de Janeiro. Tal insucesso foi uma experiência compartilhada por portugueses que eram residentes no litoral sul de São Paulo e pertenciam a diferentes gerações. Segundo, é evidenciado que a constituição de vínculos familiares com uma parentela de origem portuguesa foi de importante para a consolidação do pertencimento de Agostinho Lima naquele município. Terceiro, é demonstrado que a atuação no comércio varejista foi um fator decisivo para Lima manter vínculos sociais com parentelas de origem portuguesa que pertenciam à elite social daquela localidade.

Palavras-chave: Brasil Meridional; comércio varejista; imigração portuguesa.

**Abstract:** This article investigates the process of insertion of the Portuguese Agostinho José Pereira Lima (1816-1864) in the municipality of Morretes, in a period that covers the years 1841 to 1851. The objective of this study is the production of knowledge about the forms of absorption and social mobility of Portuguese immigrants in the extreme south

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. É docente do curso de licenciatura em História do Centro Universitário Internacional de Curitiba. E-mail: andrexcava@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente realiza estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: argomes8@gmail.com

of the Province of São Paulo in the context of the first half of the 19th century. In this article is held the support of three arguments. First, it is important to demonstrate that the insertion of Portuguese into a municipality on the coast of São Paulo was often a consequence of the failure of the project to take root in the city of Rio de Janeiro. Such failure was an experience shared by Portuguese who, living on the coast of São Paulo, belonged to different generations. Second, it is evidenced that the constitution of family ties with relatives of Portuguese origin was a fundamental element for the consolidation of Agostinho Lima in that municipality. Third, it is demonstrated that the activity in the retail trade was a decisive factor for Lima to maintain social ties with relatives of Portuguese origin who belonged to the local elite.

Keywords: Portuguese immigration; retail business; Southern Brazil;

#### Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação sobre o processo de enraizamento do português Agostinho José Pereira Lima (1816-1864) no município de Morretes, em um período que abarca os anos de 1841 e 1851. Nessa época, tal município estava sob a jurisdição da Província de São Paulo. Desde o ano de 1853, ele pertence à área do Estado do Paraná.

O objetivo deste estudo é produzir um conhecimento sobre as formas de ingresso e mobilidade social de portugueses que se estabeleceram no extremo sul do litoral da Província de São Paulo na primeira metade do século XIX. Trata-se de evidenciar, por meio de um estudo de caso, a natureza das estratégias sociais deflagradas por imigrantes reinóis em tal região. Desse modo, cumpre demonstrar que o percurso de Agostinho Lima na vila de Morretes possui semelhanças com os percursos que compatriotas seus desenvolveram naquela província entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

A presente abordagem é marcada pela sustentação de três argumentos. O primeiro argumento afirma que a região litorânea do atual

Estado do Paraná não foi, em todos os casos, o destino prioritário de portugueses que ali se radicaram do fim da época colonial ao início do Segundo Reinado. Ao contrário, imigrantes como Agostinho Lima fixaram residência em tal localidade após malograrem na tarefa de se estabelecerem na cidade do Rio de Janeiro.

A demonstração desse primeiro argumento permite salientar a construção, por imigrantes portugueses, de uma hierarquia de prioridades no processo de estabelecimento no Brasil. Nessa hierarquia, a obtenção de um treinamento profissional na então capital da colônia surgia como um anseio primordial.

O segundo argumento consiste na afirmação de que a constituição de vínculos familiares com compatriotas foi aspecto decisivo para Agostinho Lima consolidar o seu pertencimento à vila de Morretes. Ao mesmo tempo, cumpre demonstrar que o estabelecimento de vínculos familiares entre compatrícios foi um elemento que caracterizou as trajetórias de indivíduos pertencentes à parentela da esposa de Agostinho Lima. Ou seja, no contexto da vila de Morretes da primeira metade do século XIX, não era incomum que famílias de origem portuguesa absorvessem jovens reinóis por meio do casamento.

Terceiro, é demonstrado que um elemento das interações mantidas entre compatrícios na vila de Morretes oitocentista era o estabelecimento de vínculos comerciais. Mais precisamente, a construção de laços econômicos e familiares com imigrantes reinóis era de importância capital para consolidar a integração de jovens portugueses, a exemplo de Agostino de Lima, no litoral do atual Estado do Paraná. Nesse âmbito, a reconstituição do percurso desse indivíduo exige a atenção aos casos de portugueses que, no período em tela, se estabeleceram naquela área litorânea por meio da deflagração de análogas estratégias sociais. A demonstração desses argumentos permite

evidenciar que, no litoral do atual Paraná, nos primeiros anos do Segundo Reinado, havia imigrantes que aplicavam estratégias sociais análogas àquelas deflagradas por portugueses estabelecidos em tal região nas décadas finais da época colonial.

\*\*\*

Desde os anos 2000, a historiografia respeitante à integração de imigrantes lusófonos no Sul do Brasil tem experimentado avanços. Em grande medida, esses avanços dizem respeito às condições de enraizamento social de reinóis e açorianos na Capitania do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX (BARROSO, 2002; BERUTE, SCOTT, SCOTT, 2017; HAMEISTER, 2006; MARQUES, 2012; SCOTT, 2014).

Em verdade, há tempos o estudo sobre a absorção de imigrantes de distintas etnias na sociedade sul-rio-grandense consta como tema de estudos históricos (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1999). Em suma, tais estudos propiciaram um entendimento mais consistente sobre a natureza das estratégias sociais e a condição econômica de famílias imigrantes.

De outra parte, permanece ocasional a produção de estudos referentes à comunidade étnica portuguesa que se formou no litoral do atual Estado do Paraná do fim do século XVIII ao limiar do século XIX. Os estudos referentes à imigração no Paraná são dedicados, em grande medida, à compreensão da estrutura interna e dos fatores da unidade social de comunidades étnicas constituídas a partir da segunda metade do século XIX (BALHANA, 1978; BIDEAU e NADALIN, 2011; HELFENSTEIN, 2014; MACHADO, 1998; QUEIROZ, 1992; SCARPIM, 2016; STOLLMEIER, 2016).

Assim, mantém-se episódico o aparecimento de estudos que se atenham ao processo de diferenciação social de imigrantes europeus,

particularmente os portugueses, nos municípios do atual Paraná (CAVAZZANI, 2013; COLATUSSO, 2004; LEANDRO 2003). A análise das condições de enraizamento social e de acumulação econômica no sul da Província de São Paulo, ao longo do século XIX, não tem obtido especial ênfase na historiografia.

De sua parte, o presente trabalho busca empreender uma investigação acerca da natureza das alianças familiares de imigrantes reinóis e das distâncias sociais que existiram entre eles na mencionada época. Nesse âmbito, o estudo do caso da trajetória de um imigrante português é operacional para a identificação dos aspectos comuns aos percursos sociais dos compatriotas que se estabeleceram em uma área do extremo sul da Província de São Paulo.

Por fim, trata-se de salientar que este artigo é desenvolvido por meio da análise de informações extraídas das *Memórias dos sucessos mais notáveis acontecidas desde o ano de 1838 a Antônio Vieira dos Santos.*<sup>3</sup> O autor desse manuscrito, o português Antônio Vieira dos Santos (1784-1854), era sogro de Agostinho Lima.<sup>4</sup> Esse volume é composto por um texto de

Esse manuscrito está sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba, Rua XV de Novembro, 1050). É também utilizada neste artigo outra obra de memórias de Vieira dos Santos, a saber, o *Breve resumo dos sucessos mais notáveis acontecidos desde 1797 até 1827.* Essa obra encontra-se preservada no Círculo de Estudos Bandeirantes. Por fim, outra obra de Vieira dos Santos utilizada no presente artigo é intitulada *Memória Histórica de Morretes.* Escrita em 1851, ela foi editada em livro no ano de 1950.

Antônio Vieira dos Santos nasceu na cidade do Porto, situada no Noroeste de Portugal, em 1784. Pertencia a uma família de ourives e comerciantes varejistas. Transferiuse para o Brasil em 1797. Inicialmente, residiu na cidade do Rio de Janeiro. Porém, não conseguiu se enraizar na então capital brasileira, visto que não foi absorvido e forma duradoura como caixeiro de um negociante ou aprendiz de artesão. Por consequência, fixou-se no município de Paranaguá, distante cerca de trinta quilômetros da citada vila de Morretes. Em Paranaguá, Vieira dos Santos foi caixeiro do comerciante açoriano Francisco Ferreira de Oliveira. Atingiu a condição de comerciante varejista em 1805. Em fins de 1804, contraiu núpcias com Maria Ferreira de Oliveira (1787-1840), sobrinha de Francisco Ferreira de Oliveira. O vínculo a uma família açoriana permitiu a Vieira dos Santos obter

reminiscências de Vieira dos Santos. Ele também é constituído por notícias biográficas acerca dos familiares do autor.

Tais notícias possuem uma estrutura análoga. Elas contêm informações a respeito das origens familiares, da atuação profissional e das ligações sociais estabelecidas pelos biografados em Portugal e no Brasil. Em sua maior parte, os personagens dessas pequenas biografias viveram entre as décadas finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. O estudo dessas notícias biográficas favorece a identificação das formas de inserção de tais personagens em distintas regiões do Brasil, notadamente a área correspondente à Capitania de São Paulo. Em última instância, esse conjunto de textos permite uma compreensão sobre a existência de processos comuns de enraizamento de reinóis no Brasil do início do século XIX.<sup>5</sup>

O presente artigo realiza uma análise qualitativa acerca do fenômeno da absorção social de imigrantes no contexto das décadas finais da época colonial e do princípio do período monárquico. Nesse quadro, o método da análise de trajetórias individuais permite reconhecer a complexidade das relações sociais e dos espaços que fizeram parte do percurso de um determinado personagem (REVEL, 2000). A atenção ao caso de Agostinho Lima permite reconhecer as circunstâncias que impeliam os reinóis a realizarem migrações internas após se fixarem no Brasil. A análise de tal caso também propicia a identificação de recorrências quanto à natureza e implicações das estratégias sociais empregadas pelos comerciantes

suas primeiras oportunidades econômicas e sociais no município receptor. Esse imigrante transferiu-se para a então freguesia de Morretes em 1814, a qual foi elevada à condição de município em 1841. Nessa localidade, ele atuou como comerciante varejista e negociante de erva-mate. Faleceu em Morretes, no ano de 1854 (COSTA, 1988).

<sup>5</sup> Para o conhecimento da transcrição integral dos textos memorialísticos de Antônio Vieira dos Santos, ver Cavazzani e Gomes (2014).

portugueses pertencentes a distintas gerações.

# Origem social e formas de treinamento profissional: o exercício da caixeiragem por Agostinho Lima

O citado Antônio Vieira dos Santos redigiu uma notícia biográfica a respeito de seu genro Agostinho Lima. Tal relato foi elaborado no ano de 1851. As informações contidas nesse texto permitem salientar elementos típicos aos percursos de portugueses estabelecidos no litoral do atual Paraná na primeira metade do século XIX.

Por outra parte, o relato biográfico escrito por Vieira dos Santos possibilita reconhecer diferenças quanto às origens sociais e ao treinamento profissional que os jovens imigrantes obtinham no Reino de Portugal. A esse respeito, compete dedicar atenção ao seguinte excerto da notícia biográfica sobre Agostinho Lima:

Notícia biográfica

Agostinho Joze Pereira Lima meu génro, n<sup>al</sup> e baptizado na Freg<sup>a</sup> de S. Pedro Maximino da Cidade de Braga Arcebispado do Reino de Portugal; filho leg<sup>o</sup> de Joze Antonio Per<sup>a</sup> já falescisdo e de Thereza Maria de Jesus; nasceo no anno de 1816: ignorase o dia de seu nascimento.

Anno de 1831

No anno de 1831: em idade de 15 annos pouco mais ou menos veio da Cidade de Braga pella estrada de terra p<sup>a</sup> a Corte de Lis<sup>a</sup> p<sup>a</sup> caza de seu Irmão Thomaz Joze Per<sup>a</sup> Lima cazado, e guarda livros de cazas comerciantes; e naquela Corte elle esteve 5 annos de caix<sup>ro</sup> em varias cazas ate o anno de 1836 em q' veio p<sup>a</sup> o R<sup>o</sup> de Janero.

[...]. Entrou no Rio de Jane<sup>ro</sup> em 1º de Fev<sup>ro</sup> de 1836 no Brigue [ilegivel], como consta no Atestado do Cap<sup>m</sup> delle Fran<sup>co</sup> Joze Callisto de 1º de Maio de 1830 (SANTOS, 1851, p. 331).

As informações supracitadas permitem salientar que, no contexto

da Vila de Morretes da primeira metade do século XIX, uma das principais diferenças entre os compatrícios de origem portuguesa era a natureza da formação educacional e profissional que obtinham no país de origem. Havia distinções entre Agostinho Lima e o seu sogro Vieira dos Santos. Uma diferença reside no fato de que, ao contrário de Agostinho Lima, Vieira dos Santos não foi treinado em qualquer ofício durante a época em que viveu em Portugal. A sua formação, naquele país, foi circunscrita à frequência em escolas de primeiras letras (SANTOS, 1827, p. 101).

Desse modo, o caso da trajetória de Vieira dos Santos contém evidências de que, no âmbito dos imigrantes portugueses estabelecidos no extremo sul da Província de São Paulo no princípio do século XIX, não era incomum que houvesse jovens que obtiveram apenas no Brasil os conhecimentos de determinado ofício. Em verdade, os cinco membros da família Vieira dos Santos que se estabeleceram no Brasil nos anos finais da época colonial também não estavam, no momento da chegada à sociedade receptora, treinados nos ofícios cultivados pelos seus ascendentes em Portugal (SANTOS, 1827, p. 65).

Agostinho Lima, por seu turno, pertencia a uma família de comerciantes. Ele foi instruído nas lides do comércio por um irmão (SANTOS, 1851, p. 331). Ao mesmo tempo, o excerto reproduzido acima evidencia que, para obter esse treinamento, Lima realizou uma migração interna – transferiu-se de Braga, no Norte de Portugal, para Lisboa, situada em área mais meridional daquele país. Tais municípios distam entre si cerca de 350 quilômetros.

Em última análise, essas informações permitem corroborar o argumento de que as diferenças essenciais entre Agostinho Lima e seus compatriotas estabelecidos na Vila de Morretes, notadamente o seu sogro Antônio Vieira dos Santos, eram referentes às suas origens sociais

e familiares. Na segunda metade do século XVIII e no limiar do século XIX, os Vieira dos Santos formavam uma família cujos membros pouco se moveram para além do Noroeste português. Tratava-se de uma parentela que mantinha uma presença tanto em áreas rurais, por meio da atuação como lavradores, quanto em áreas urbanas, sobretudo a cidade do Porto. Em tal localidade, se dedicaram a ocupações como a ourivesaria (SANTOS, 1827, p. 332).

De outra parte, a aproximação entre Agostinho Lima e compatriotas estabelecidos no extremo sul da Província de São Paulo na primeira metade do século XIX é mais evidente no tocante aos seus percursos de inserção e mobilidade social no Brasil. Por conseguinte, trata-se de demonstrar que as estratégias sociais que realizaram e os reveses profissionais que vivenciaram são os elementos centrais da aproximação que existiu entre eles.

Os compatriotas com os quais Agostinho Lima conviveu de forma mais rotineira na sociedade receptora, a exemplo de seu sogro Vieira dos Santos, pertenciam a uma geração anterior, nascida entre o fim dos anos 1770 e o início dos anos 1780. Portanto, compete evidenciar a permanência, de uma geração a outra de imigrantes radicados no litoral do atual Paraná, de análogas formas de inserção social, bem como de semelhantes insucessos na vida econômica.

A migração de Agostinho Lima para o Brasil e as suas formas de atuação profissional: a convergência dos percursos sociais de comerciantes portugueses

A historiografia tem ressaltado que o treinamento profissional de jovens portugueses no Brasil por seus compatriotas era um aspecto comum ao contexto das primeiras décadas do século XIX. Comumente, o treinamento como caixeiro representava iniciação do reinol na vida comercial da sociedade receptora (GORENSTEIN e MARTINHO, 1993). A conquista de um treinamento ministrado por compatriota era ambicionada, por exemplo, por jovens portugueses que se estabeleceram na capital da colônia (LIMA, 1997).

Todavia, não existia a condição de a totalidade dos imigrantes interessados nessa modalidade de treinamento ser absorvidos ao comércio de um compatrício. Nesse quadro, o convívio entre os jovens imigrantes estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro revestia-se de um aspecto competitivo. As informações analisadas nesta seção do artigo permitem avançar na compreensão da natureza das dificuldades enfrentadas por jovens portugueses quanto à concretização do objetivo de consolidarem seu pertencimento na então capital do Brasil.

Por meio do caso de Agostinho Lima, compete salientar que a obtenção da oportunidade de receber um emprego na área comercial não assegurava, em todos os casos, o definitivo enraizamento no Rio de Janeiro. Nessa época, o malogro do objetivo de atingir a condição de comerciante autônomo exigia a deflagração de estratégias como a realização de migrações internas. No início dos anos 1830, em plena vigência do regime monárquico, a então freguesia de Morretes ainda se apresentava como o destino de indivíduos que não haviam conquistado a posição de comerciante autônomo na capital brasileira.

\*\*\*

Agostinho Lima residiu durante cinco anos na cidade do Rio de Janeiro. Assim, entre os anos de 1836 e 1841 ele teve a experiência de atuar como caixeiro de três comerciantes. As informações que Vieira dos Santos apresentou a respeito dessa etapa da trajetória de seu genro permite a sustentação de duas constatações.

A primeira constatação diz respeito ao fato de que o estabelecimento no Brasil era uma iniciativa marcada por um planejamento. Um dos aspectos desse planejamento era a manutenção de contatos com membros da sociedade para a qual se iria migrar. O excerto reproduzido a seguir não menciona a nacionalidade e a ocupação do indivíduo que articulou a indicação de Agostinho Lima para o posto de caixeiro de um comerciante do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, não há em tal passagem qualquer referência à nacionalidade dos patrões de Lima. De todo modo, é possível salientar que a sua vinda para o Brasil foi decorrente da garantia de que possuiria uma oportunidade profissional.

A segunda constatação consiste na afirmação de que não era incomum que imigrantes portugueses, no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, enfrentassem dificuldades para se afirmar como caixeiros de um comerciante. Ao contrário, era comum a passagem do imigrante de uma loja a outra. A sustentação dessas afirmações é realizada por meio da atenção a aspectos das trajetórias de indivíduos que fizeram parte do círculo social de Agostinho Lima. Leia-se, pois, o seguinte trecho da notícia biográfica respeitante a esse reinol:

Anno de 1836

No anno de 1836 em idade de 20 annos hia embarcado de Lisª no Bergªm Formozura pª a Corte do Rio de Janeiro onde entrou a 10 de Fevro vindo recomendado a Manoel Joze de Mages que o arrumou de caixro em caza de Antonio Ferrª Alves & Compª na rua das Violas onde esteve 18 mezes; talves té Abril ou Maio de 1837. Desta caza pasou pª Caixro da loge de Joaquim Antonio Ferreira dos Santos desde Abril ou Maio de 1837 té Agosto de 1839. Desta caza pasou pª Caixro de Joze Antonio Moreira na rua Direita, onde esteve 2 annos té Agosto de 1841 em cujo tempo veio pª Paranª (SANTOS, 1851, p. 332).

O texto acima reproduzido contém indícios de que, no momento de

sua migração para o Brasil, Agostinho Lima possuía uma *carta de recomendação*. A conquista de tais cartas era ambicionada por imigrantes portugueses de distintas gerações que se radicaram na colônia. Na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX, essas cartas constituíam um fator relevante para a conquista das primeiras oportunidades profissionais na sociedade receptora.

Em última análise, a posse de uma carta de recomendação significava a proteção de um indivíduo que detinha destacada posição social em praças mercantis como Lisboa e Porto. A tarefa desse membro de elite social era recomendar a alguns de seus interlocutores no Brasil a admissão de seu protegido em um ofício na área do comércio ou do artesanato (ALVES, 1995; SILVA, 1993). Trata-se, por conseguinte, de salientar as aproximações entre os percursos de Agostinho Lima e o percurso de um reinol pertencente a uma geração anterior, o citado Antônio Vieira dos Santos.

Em 1797, ao se transferir para o Brasil, Vieira dos Santos era portador de cartas de recomendação a quatro indivíduos radicados na cidade do Rio de Janeiro (SANTOS, 1827, p. 61). Tal informação consiste em uma evidência de que esse indivíduo, a exemplo de seu futuro genro Agostinho Lima, estava integrado, em Portugal, a um círculo social cujos membros possuíam conexões comerciais no Brasil e, em particular, na capital brasileira.

Vieira dos Santos, de modo análogo ao seu genro, tinha acesso a personagens da vida comercial portuguesa que lograram estabelecer amplas conexões econômicas. De outra parte, a diferença capital entre esses dois compatriotas decorre do fato de que as cartas de recomendação não auxiliaram Vieira dos Santos na conquista da condição de caixeiro no Rio de Janeiro. Contrariamente a seu genro, Vieira dos Santos não obteve concretas oportunidades de atuação profissional nessa cidade.

Quando de sua chegada àquela cidade, Vieira dos Santos foi absorvido como empregado de André Francisco Barbosa, para o qual não preparara uma carta de recomendação. Barbosa era um vidraceiro. Desse modo, a primeira tentativa de inserção de Vieira dos Santos na sociedade receptora foi marcada pela aproximação com um artífice. Porém, fora breve sua estada junto ao domicílio desse patrão – quatro meses (SANTOS, 1827, p. 2). Em seguida, tornou-se empregado de um indivíduo para o qual estava recomendado, a saber, Antônio Pereira Cardoso de Araújo. Vieira dos Santos esteve a serviço de Cardoso durante seis meses. A natureza desses serviços não foi informada pelo memorialista.

Em março de 1798, Vieira dos Santos se transferiu para a vila paulista de Paranaguá (SANTOS, 1827, p. 2). Nesse município, tornou-se caixeiro de um negociante açoriano, o citado Francisco Ferreira de Oliveira. A partir de tais informações, é possível destacar uma aproximação entre as trajetórias de Agostinho Lima e de seu sogro Antônio Vieira dos Santos. Essa aproximação reside no fato de que a carta de recomendação não criava, em todas as situações, vínculos duradouros entre o recomendado e o destinatário da missiva.

A análise das trajetórias de Vieira dos Santos e Agostinho Lima permite salientar a existência de uma dinâmica de recrutamento de caixeiros portugueses para o Brasil entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Nessa dinâmica, os jovens reinóis se diferenciavam em virtude da maior ou menor consistência dos vínculos que estabeleciam com os seus empregadores.

De todo modo, havia uma permanente substituição de caixeiros. Essa substituição poderia ocorrer em alguns meses. Este foi o caso de Vieira dos Santos. Ela também poderia acontecer após mais de um ano no exercício da caixeiragem, a exemplo do ocorrido com Agostinho Lima. Em

ambas as situações, o fim do vínculo com o empregador exigia do jovem reinol a deflagração de uma estratégia para a conquista de outra ocupação.

Vieira dos Santos e seu futuro genro Agostinho Lima migraram para uma área litorânea do extremo sul da Província de São Paulo com a finalidade de se reabilitarem nas lides do comércio. Vieira dos Santos fez parte do fluxo imigração portuguesa ocorrido no Brasil da segunda metade do século XVIII. Agostinho Lima, por seu turno, pertenceu ao fluxo de imigração reinol que data da primeira metade do século XIX. A despeito dessa diferença geracional, esses patrícios se assemelhavam em virtude da natureza dos vínculos econômicos e familiares que forjaram na sociedade receptora.

Ambos os indivíduos obtiveram, na área correspondente ao litoral do atual Estado do Paraná, a faculdade de estabelecerem laços familiares com parentelas chefiadas por imigrantes lusófonos. Vieira dos Santos, conforme assinalado neste artigo, integrou-se à parentela de seu antigo patrão. Agostinho Lima, por sua vez, foi absorvido a uma família (os Vieira dos Santos) que havia possibilitado a outro imigrante reinol, José Lopes Ferreira (1797-1837), se enraizar em Morretes por intermédio do matrimônio com uma de suas integrantes. Uma comparação mais detalhada entre os casos de Agostinho Lima e José Lopes é efetuada na seção seguinte deste artigo.

A época em que Agostinho Lima se fixou na sociedade de Morretes, a qual corresponde ao começo do Segundo Reinado, foi marcada pela permanência de formas de alianças familiares peculiares ao período colonial. Dentre essas formas, estava a concessão, por antigos imigrantes portugueses, da oportunidade de jovens reinóis contraírem núpcias com suas descendentes. Tal oportunidade era frequentemente acompanhada pela conquista de uma condição econômica estável, visto que havia imigrantes

que sucediam aos sogros nas atividades comerciais (BOXER, 1969).

Ao se fixar em Morretes, em 1841, aos 25 anos de idade, Agostinho Lima não estabeleceu aliança comercial com um compatriota. Porém, associou-se a Manuel Francisco Correia Júnior (1809-1857), filho de um português que, nascido em 1776, migrou para a vila de Paranaguá aos 19 de idade. Nesse município, onde faleceu em 1864, esse imigrante se consolidou como um abastado proprietário de escravos e imóveis. Ele também foi um dos controladores locais do mercado de crédito (INVENTÁRIO DE MANUEL FRANCISCO CORREIA, 1866, p. 2). A sociedade estabelecida entre Agostinho Lima e Correia Júnior era voltada ao comércio de fazendas, ou seja, tecidos de diversos gêneros. A esse respeito, Vieira dos Santos destacou:

#### Anno de 1841

Em 9 ou 10 de Setembro deste anno veio o Agostinho Joze Per<sup>a</sup> Lima com negocio de fazenda, interessado com o Co<sup>rel</sup> M<sup>el</sup> Fran<sup>co</sup> Corr<sup>a</sup> J<sup>or</sup>, e aqui nesta V<sup>a</sup> dos Morretes estabeleceo a sua moradia. O papel da Socie<sup>de</sup> tem dacta de 10 de 9<sup>bro</sup> e p<sup>ra</sup> receita em 15 de 7<sup>bro</sup>. O capital da Socied<sup>e</sup> q' aturou té 5 de 7<sup>bro</sup> de 1843 foi da q<sup>ta</sup> de 4:919\$377 r<sup>s</sup> (SANTOS, 1827, p. 332).

Em última instância, a transferência de Agostinho Lima para vila de Morretes foi marcada por uma aliança econômica com o membro de uma família de origem portuguesa. Dedicado ao beneficiamento da erva-mate em Morretes, Correia Júnior pertencia a uma parentela que participava da gestão do Partido Conservador no litoral do atual Estado do Paraná. Integrado a esse partido, ele foi eleito deputado à Assembleia Legislativa do Paraná, em 1854 (ALVES, 2014). Ao tempo em que houve a aliança comercial entre Agostinho Lima e Correia Júnior, a parentela deste negociante ervateiro já pertencia à elite social da citada região.

De fato, as informações contidas no citado excerto

evidenciam que a ligação econômica entre tais comerciantes não perdurou para além do ano de 1843. De todo modo, nota-se que Agostinho Lima não demorou a constituir relações com a elite de negociantes da localidade.

Treinado nas lides do comércio nas cidades de Lisboa e Rio de Janeiro, esse reinol se fixou em uma pequena sociedade litorânea (Morretes) para se realizar vendas a varejo em companhia de um membro da elite política e econômica local. Em 1836, cinco anos antes de Agostinho Lima se estabelecer em Morretes, tal localidade era uma freguesia da vila de Antonina e possuía 2.419 habitantes. Desse total, 1.853 eram livres e 566 eram escravos (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA FREGUESIA DE MORRETES, 1836). Em 1854, a população desse município havia atingido a marca de 3.709 habitantes. Nesse rol, 2.954 eram livres e 755 eram cativos (VASCONCELOS, 1854, Anexo 14).

No contexto em que Morretes experimentava um gradual crescimento de sua população, ocorreu, por parte de Agostinho Lima, a adoção uma estratégia de inserção social que contribuiu para concretizar os seus vínculos com membros do núcleo de comerciantes da vila de Morretes. Tal estratégia era o casamento com integrante de família de origem portuguesa. O estudo sobre as etapas da realização desse matrimônio é crucial para identificar os elementos mais convencionais dos processos de enraizamento social de reinóis pertencentes a distintas gerações, no âmbito do extremo sul do litoral paulista das primeiras décadas do século XIX.

#### Etapas precedentes ao matrimônio de um imigrante português

O casamento de Agostinho Lima com a integrante de parentela de origem portuguesa ocorreu no ano de 1843. No curso desta seção, cumpre demonstrar que, de modo análogo ao caso de seu sogro Antônio Vieira dos

Santos, a conquista da condição de comerciante autônomo e a faculdade de contrair núpcias com integrante de família de origem portuguesa foram os principais aspectos do processo de mobilidade social de Agostinho Lima na vila receptora.

Cumpre, pois, analisar as informações contidas no *Breve resumo das memórias* sobre as tratativas que ocasionaram o casamento de Ana Joaquina de Oliveira França<sup>6</sup> com Agostinho Lima. Essas informações permitem reconhecer os aspectos do processo de absorção desse português à família de seu compatriota Antônio Vieira dos Santos.

Nascida em 1811, Ana Joaquina de Oliveira França fora casada, entre os anos de 1831 e 1837, com o citado português José Lopes Ferreira. Ao se estabelecer na então freguesia de Morretes, tal imigrante foi comerciante varejista. Na companhia de seu cunhado José Vieira dos Santos (1813-1850), ele atuou como tropeiro. José Lopes ingressou na sociedade morretense após não ter obtido êxito na atividade de traficante de escravos (SANTOS, 1851, p. 414). Portanto, Antônio Vieira dos Santos e os seus genros José Lopes e Agostinho Lima aproximavam-se pelo fato de que o intento de se fixar em área litorânea do sul da Província de São Paulo foi motivado por reveses em suas iniciativas econômicas.

Após seis anos no estado de viúva, Ana Joaquina manifestou a disposição de contrair segundas núpcias. A aproximação entre Agostinho Lima e a filha de Vieira dos Santos fora propiciada pelo fato de que ele era um inquilino de sua futura consorte. O comércio varejista daquele imigrante funcionava em um imóvel que, segundo Vieira dos Santos, tinha Ana Joaquina como proprietária. Conforme o memorialista Antônio Vieira dos Santos,

<sup>6</sup> Ana Joaquina foi batizada com sobrenomes oriundos da família de sua mãe, Maria Ferreira de Oliveira.

Anno de 1843

Parece que no mez de Janeiro ou Fev<sup>ro</sup> se mudou o Agostinho J<sup>c</sup> Per<sup>a</sup> Lima p<sup>a</sup> a loge das cazas da m<sup>a</sup> filha Anna.

Em 12 ou 13 de Abril foi o Agostinho ter a festa da Pascoa em Paran<sup>a</sup> e levou em sua comp<sup>a</sup> meu netto e voltou em 18 ou 19 (SANTOS, 1851, p. 333).

Ao se tornar inquilino dos Vieira dos Santos, portanto, Agostinho Lima obteve a legitimidade de manter interações com distintos membros dessa família. A informação supracitada de que ele fizera um passeio com um dos netos de Antônio Vieira dos Santos evidencia que os integrantes dessa parentela concederam, gradativamente, a faculdade de aquele imigrante manter com eles uma convivência que excedia os limites de uma relação contratual de inquilinato.

Por outra parte, as informações a seguir reproduzidas evidenciam que Agostinho Lima tivera em um indivíduo de fora da família Vieira dos Santos um dos seus principais aliados na tarefa de articular seu casamento com Ana Joaquina. Em grande medida, tal situação era decorrente do fato de que os futuros cunhados daquele imigrante não apoiavam o seu casamento com Ana Joaquina:

Junho de 1843

Em 21 Quarta fr<sup>a</sup> ou 22 Quinta parece que o Agostinho falou nestes dias com o Manoel dos Santos Cordeiro p<sup>a</sup> communicar a m<sup>a</sup> filha Anna que pretendia cazar com ella. Em 23 Sesta fr<sup>a</sup> de noite me participou m<sup>a</sup> filha Maria q' o Agostinho tinha mandado falar a sua Irmã p<sup>a</sup> se cazar com ella, e q' hoje a noite ella havia vir falar comigo sobre este m<sup>mo</sup> objeto (SANTOS, 1851, p. 333).

Agostinho Lima começou a articular o seu intento de casar-se com Ana Joaquina em junho de 1843. Entre o princípio dessa articulação e a celebração do matrimônio, transcorreu apenas um mês. As informações presentes no *Breve resumo dos sucessos* demonstram que Antônio Vieira dos Santos consultou Ana Joaquina para certificar-se de que esta possuía a disposição de contrair núpcias. Transcrita a seguir, tal informação evidencia um caso de consideração da vontade pessoal da futura esposa no contexto das tratativas para a realização de um matrimônio:

Junho de 1843

Em 24 Sabado de noite veio aqui o Agostinho p<sup>la</sup> pr<sup>a</sup> ves vezitar-me, e esteve conversando comigo m<sup>to</sup> tempo, mas em nada me falou.

Em 25 Domº de noite perguntei a mª fª Anna pª saber della, se queria, ou não cazar com ele = dice me que sim. Depois veio aqui o Agostinho, e pozitivam¹e faloume pedindome pª cazar com ella = respondi q' prº queria expor-lhe a sua pretenção e o q' decidise lhe participaria o seu resultado (SANTOS, 1851, p. 333).

De acordo com o memorialista Antônio Vieira dos Santos, a oposição manifestada pelos irmãos de Ana Joaquina em relação a tal casamento não foram suficientes para dissuadi-la de contrair núpcias. Assim, as informações desabonadoras sobre o seu futuro marido não lhe impediram de realizar tal objetivo. Em síntese, Vieira dos Santos, em sua notícia biográfica sobre Agostinho Lima, reuniu informações que denotam a autonomia de Ana Joaquina, então na idade de 32 anos, para decidir sobre o seu estado conjugal:

Junho de 1843

Em 26 Segunda de manhã meu fo Antonio me deu noticias dezagradaveis a respto do Agostinho ser jogador e por isso falei a este respeito com meus filhos Joze e Maria para ver se o desvaneciam; mas sempre firme em querer cazar.

Julho de 1843

Em 3 Segunda fr<sup>a</sup> de noite veio o Agost<sup>o</sup> em m<sup>a</sup> caza saber a decizão da respostas que m<sup>a</sup> filha tinha dado = decidindo que sim = mas q' se effectua-se isto depois da festa de Agosto.

Em 4 Terça fr<sup>a</sup> eu deliberei com m<sup>as</sup> filhas q' se effectua-se o cazamento no dia 30 deste més p<sup>r</sup> ser dia de S. Anna.

Em 5 Quarta de noite veio aqui o Agostinho e lhe fis participante q' no dia 30 se deveria effectuar o cazm<sup>to</sup> e indagando delle suas filiaçõens.

Em 7 Sesta fr<sup>a</sup> dei neste dia hum balanço geral nos dr<sup>os</sup> e alfaias de m<sup>a</sup> filha Anna e formalizar o Inventario delas (SANTOS, 1851, p. 334).

As informações supracitadas evidenciam que, ao se casar, Ana Joaquina levou consigo uma quantia em dinheiro. Agostinho Lima contraiu núpcias com a integrante de uma família que possuía recursos financeiros. Há indícios, portanto, de que em tal região a prática da concessão do dote não desaparecera. A historiografia tem salientado que, na Província de São Paulo, no curso do século XIX, essa prática experimentou um declínio. Há evidências, assim, de que em famílias da elite social morretense, nos anos 1840, ainda vigorava um costume oriundo da época colonial. De outra parte, convém ressaltar que em tal localidade já se notava uma maior autonomia dos futuros cônjuges para articularem o seu próprio casamento. Tal autonomia não era incomum a outras regiões da mencionada província (NAZZARI, 2001).

A preparação do casamento de Agostinho Lima e Ana Joaquina foi realizada durante o mês de julho de 1843. Celebrado no dia 29 desse mês, o matrimônio foi marcado pela presença de testemunhas que pertenciam à elite social de Morretes. Nesse particular, trata-se de mencionar que a testemunha convidada por Agostinho Lima era Hipólito José Alves, pertencente a uma parentela que, durante o século XIX, conjugou poder econômico e político no litoral do atual Estado do Paraná.

O poder econômico dos Alves era propiciado pelo envolvimento no comércio da erva-mate. O poder político, por sua vez, era derivado do controle local sobre o Partido Liberal (ALVES, 2014). Hipólito Alves era filho do português Manuel José Alves, o qual, no início do século XIX, fora proprietário de um estaleiro na vila de Antonina, uma localidade adjacente a Morretes (COSTA, 1988). Em suma, tais informações evidenciam que, ao tempo de seu casamento, Lima já constituíra relações com membros de famílias de origem portuguesa que estavam integradas à elite social de Morretes.

O excerto abaixo reproduzido contém informações sobre o perfil social das testemunhas do casamento entre Ana Joaquina e Agostinho Lima. Ele também é composto por informações acerca das etapas que antecederam a celebração de um matrimônio no âmbito de uma parentela pertencente à elite social morretense, na primeira metade do século XIX. Há, pois, indícios sobre o modo de concretização de um casamento no interior de uma família de imigrantes lusófonos:

Julho de 1843

De noite veio o Agostinho, e concordei com elle de hir m<sup>mo</sup> a Paran<sup>a</sup> buscar a licença p<sup>a</sup> o Cazamento.

Em 21 Sesta veio de noite o Agostinho p<sup>a</sup> saber decizivamente, o dia em que devia hir a Paran<sup>a</sup> arranjar os papeis do cazam<sup>to</sup> e trazer a Prova<sup>m</sup> da licença decidindo-se que fosse no dia 26.

Em 23 Dom<sup>o</sup> de noite veio aqui o Agosto e novamt<sup>e</sup> se deçidio que devera hir a Paranagua no dia 25; visto que m<sup>a</sup> filha queria receber-se em Matrimonio no dia 30.

Em 24 Segunda fr<sup>a</sup> de noite veio aqui o Agostinho e levou as instruçõens, e cartas de recomendação p<sup>a</sup> obter o q' pretendia.

Em 29 Sabado. Depois das Ave Mas celebrouse em ma caza o Acto do Matrimonio recebendo a face do Altar Agosto Je Pera Lima com ma fa Anna plo Vigro Pe Anto Roiz de Carvo; e foi testemunha pla pte do noivo o Capa Hypolito Je Alves, e della o Capa Anto Je de Aro e assistentes o Sargto Mor Franco Anto Pera – Joaqa de Sza Ferra – Franco da Sa Neves. Em 30 Domingo: ao meio dia houve em ma caza hua janta familiar da boda, aqui assistirão os noivos, meus filhos e filhas; e

os convidados Joaq<sup>m</sup> de Sz<sup>a</sup> Ferr<sup>a</sup> – Francisco da S<sup>a</sup> Neves – Antonio da Costa Cortes e filho deste – Manoel dos S<sup>tos</sup> Cordr<sup>o</sup> – e Joaquim Antonio Brenhas. (SANTOS, 1851, p. 336-337).

A análise das informações subsequentes a tal casamento permite salientar que Agostinho Lima, uma vez radicado em Morretes, tivera a sua trajetória marcada por episódicos deslocamentos a municípios próximos a essa vila. A limitada mobilidade espacial de Agostinho Lima ao decorrer dos anos 1840 foi contemporânea à conquista de sua condição de comerciante varejista.

No fim dos anos 1840, esse imigrante estava acomodado em uma posicional social equivalente àquela que o seu sogro conquistara no início do século XIX. Há que salientar, pois, as semelhantes implicações das estratégias sociais desenvolvidas por dois portugueses que, pertencentes a diferentes gerações, buscaram atingir uma condição social mais estável por meio da migração para o sul da citada província.

### Rotina e posição social de Agostinho Lima nas décadas de 1840-1850

Entre os anos de 1843, época de seu casamento, e 1851, momento da escrita das memórias de Vieira dos Santos, Agostinho Lima transitara pelos municípios de Paranaguá, no litoral, e Curitiba, situado no primeiro planalto do atual Paraná. Nesse período, o envolvimento na organização de eventos religiosos foi uma característica marcante da presença de Agostinho Lima na vida social morrentense.

Por meio da leitura do excerto transcrito a seguir, nota-se que um dos elementos mais recorrentes da trajetória de Agostinho Lima no litoral do atual Paraná era a participação em eventos devocionais, como a festa anual de Nossa Senhora do Rocio, ocorrida em Paranaguá. A esse respeito, Antônio Vieira dos Santos destacou:

Novembro 1843

Em 6 Segunda de tarde foi mª filha Anna em compª de seu marido Agostinho a Paranª assistir a festa de N. Snrª do Rocio onde estiverão té ao dia 16 q' chegarão de noite.

Agosto de 1844

Em 12 Segunda foi meu genro Agost<sup>o</sup> com m<sup>as</sup> filhas a V<sup>a</sup>Antonina a festa de N. Snr<sup>a</sup> do Pilar e voltarão no dia 17.

Novembro de 1844

Em 2 Sabado foi meu genro Agostinho com mª fª a Cidade de Paranª a festa de N. Snrª do Rocio (SANTOS, 1851, p. 338).

De outra parte, cabe destacar que o nascimento, em 1845, da primeira filha concebida por Agostinho Lima e Ana Joaquina foi uma oportunidade para ele estabelecer relações de compadrio em município adjacente, a cidade de Paranaguá. Agostinho Lima buscou nessa cidade os padrinhos para a sua filha Maria Leocádia. De fato, tal localidade era uma área na qual Agostinho Lima circulava com frequência. Uma finalidade das idas a essa cidade era comprar sortimentos para a sua loja de tecidos (SANTOS, 1851, p. 334).

Em grande medida, o recrutamento de padrinhos em um município próximo a Morretes decorreu da rotineira atuação comercial que ele desenvolvia em Paranaguá. Acerca do batizado da primeira filha de seu genro português e dos raros deslocamentos por este realizados entre Morretes e o município Curitiba, Antônio Vieira dos Santos apresentou as seguintes considerações:

Agosto de 1845

Em 5 Terça fr<sup>a</sup> foi meu genro Agostinho com m<sup>as</sup> filhas p<sup>a</sup> a Cidade de Paran<sup>a</sup> e lá ser baptizada a menina nascida.

Em 10 Domº foi a m<sup>ma</sup> baptizada na Igr<sup>a</sup> Matriz de Paran<sup>a</sup> com o nome de Maria Leocadia.

Dezembro de 1845

Em 12 ou 13 foi meu genro Agost<sup>o</sup> assitir ao cazam<sup>to</sup> de meu f<sup>o</sup> Joze [em Curitiba, distante cerca de setenta quilômetros de Morretes] e de lá voltou em 17 (SANTOS, 1851, p. 339).

Trata-se de salientar que Maria Leocádia casou-se aos 14 anos de idade, em 1859, na cidade de Morretes. O seu esposo era Francisco César Espíndola, filho de Vicente César Espíndola e Luiza Geraldina. A sogra de Maria Leocádia era natural da Ilha do Faial, situada no Arquipélago dos Açores (REVISTA GENEALÓGICA LATINA, v. 9-10, 1956, p. 198). No âmbito da família Vieira dos Santos, na segunda metade do século XIX, ainda vigoravam práticas matrimoniais que ocasionavam a incorporação, a essa parentela, de indivíduos pertencentes a famílias de imigrantes lusófonos.

De outra parte, a análise da notícia biográfica concebida por Vieira dos Santos a respeito de Agostinho Lima contém evidências de que a trajetória desse imigrante, ao longo dos anos 1840, foi marcada pela estabilidade. Ou seja, ele se acomodou na condição de um comerciante varejista que detinha a inclinação para, circunstancialmente, organizar festas religiosas na vila de Morretes e realizar breves deslocamentos por áreas da região litorânea do atual Paraná. Dessa forma, os momentos mais acidentados do percurso desse português abarcaram os anos de sua juventude, ou seja, a época em que ele experimentou maiores dificuldades para se afirmar na vida comercial.

O pertencimento a uma família de origem portuguesa de uma região litorânea para qual, inicialmente, não ambicionara se transferir se transferir, lhe permitiu seguir as etapas de uma trajetória social que o seu sogro Antônio Vieira dos Santos havia percorrido no início do século XIX. Para o conhecimento das atividades sociais mais rotineiras de Agostinho Lima no fim dos anos 1840, cumpre dedicar atenção às seguintes informações

#### extraídas de sua notícia biográfica:

Junho de 1847

Em 23 Quinta de noite grande illuminação na porta do Agostinho em hum portico triunfal e fogos dedicados a S. João.

Em 24 Quinta de noite Terço procecional desde a caza do Agostinho té a Igrª com um andor de S. João Baptista.

Março de 1848

Em 4 Sabado adoeceo meu netto Agostinho esteve bem atacado por espaco de 6 ou 8 dias.

Agosto de 1848

Em 1 Terça foi meu genro Agostinho e mª filha Anna ao citio da Cruz Alta vezitar mª nora Mariquinhas (SANTOS, 1851, p. 341).

As informações derradeiras presentes da notícia biográfica sobre Agostinho Lima evidenciam que, no início dos anos 1850, os compadres que ele conquistara por meio do nascimento de uma nova filha eram residentes em Morretes. Cessara, portanto, a sua iniciativa de ampliar suas relações sociais por meio da realização de batizados de seus filhos em Paranaguá. Contudo, em tal contexto ele ainda cultivava a prática de participar de eventos religiosos nessa cidade:

Setembro de 1851

Em 10 Quinta fr<sup>a</sup> de tarde foi baptizada na Igr<sup>a</sup> de Morretes m<sup>a</sup> netta Thereza filha de Agostinho e Anninha e forão padr<sup>os</sup> Joze Fran<sup>co</sup> Corr<sup>a</sup> e sua m<sup>cr</sup> D. Maria Augusta da Silva. De noite houve um baile em m<sup>a</sup> caza por este motivo ao qual assistio m<sup>tas</sup> Senhoras.

Outubro de 1851

Em 1 Quarta fr<sup>a</sup> de tarde se embarcou meu genro Agostinho p<sup>a</sup> Paran<sup>a</sup> com a familia q' forão a festa do Rozario de onde voltarão no dia Sesta fr<sup>a</sup> 10: eu fui p<sup>a</sup> a Caza delle enq<sup>to</sup> esteve em Paranagua (SANTOS, 1851, p. 343).

A iniciativa de selecionar seus compadres em Morretes permitiu

a Agostinho Lima consolidar os seus vínculos com membros da elite local. Em 1850, por exemplo, a sua filha Laura foi batizada por Manoel Gonçalves Marques (SANTOS, 1851, p. 216). Esse padrinho era negociante de erva-mate. A partir da criação da Província do Paraná, em 1853, ele se tornou uma liderança do Partido Liberal na região litorânea (ALVES, 2014). Ao mesmo tempo, compete ressaltar que, no começo dos anos 1850, Agostinho Lima ainda realizava viagens de curta distância em virtude do propósito de participar de eventos religiosos, como a festa de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Este fora, pois, um constante motivo de seus breves deslocamentos no mencionado decênio.

Após uma década de sua integração à sociedade de Morretes, Agostinho Lima não estava integrado à vida política e administrativa desse município. Tal fato consiste em uma diferença capital entre Agostinho Lima e seu sogro Vieira dos Santos. A participação na vida administrativa morretense propiciou ao sogro de Lima conviver com membros da elite local. A atuação como Juiz de Paz em Morretes, de 1840 a 1844, foi um dos momentos da participação de Antônio Vieira dos Santos na administração da localidade (SANTOS, 1950, p. 409).

Por fim, trata-se de salientar que Agostinho Lima e seu sogro Antônio Vieira dos Santos não constituíram amplas conexões sociais e econômicas para além da região litorânea. De fato, eles possuíam conexões com negociantes do primeiro planalto. Todavia, o estabelecimento dessas conexões não foi acompanhado pela diversificação dos negócios de ambos os negociantes. Elas não originaram, em suma, o crescimento da atividade comercial e do poder econômico de tais indivíduos.

A esse respeito, cumpre mencionar que um dos filhos de Vieira dos Santos, José, era casado com uma filha de Vicente Antônio Rodrigues Borba (1789-1869), o qual possuía um engenho de mate na Borda do Campo, localidade à época pertencente ao município de Curitiba. Tal casamento ocorreu no ano de 1845 (SANTOS, 1827, p. 315). O envolvimento da família Vieira dos Santos no comércio de erva-mate permitiu que essa parentela constituísse vínculos sociais para além da região litorânea. De todo modo, a análise do Breve resumo das memórias permite ressaltar que este casamento foi o mais consistente vínculo social mantido por um integrante da família Vieira dos Santos para além do litoral do atual Paraná. Assim, era pouco frequente a construção de laços sociais entre os integrantes dessa parentela e indivíduos não residentes nessa região.

De sua parte, Agostinho Lima realizou remessas de pequenas quantidades de sal para Curitiba, nos anos 1850. Ele era um dos fornecedores de Manuel Gonçalves dos Santos. Essas remessas não excediam o valor de dois mil réis (DEZENOVE DE DEZEMBRO, n. 14, 10 jun. 1857, p. 4). Agostinho Lima, em síntese, não pertenceu ao rol de reinóis cujas conexões econômicas abarcavam distintas províncias do Império.<sup>7</sup> Ele integrou o grupo dos comerciantes reinóis que não se envolveram em negócios de grosso trato.

### Considerações finais

O propósito deste estudo consistiu em reconhecer a natureza e as implicações das estratégias de inserção social do imigrante português Agostinho José Pereira Lima na vila paulista de Morretes, em meados do século XIX. Foi demonstrado que tais estratégias guardam semelhanças

<sup>7</sup> Concernente à atuação econômica dos negociantes de origem portuguesa estabelecidos no litoral do atual Paraná, em meados do século XIX, ver Cavazzani (2013) e Leandro (2003).

com aquelas deflagradas por imigrantes portugueses que, pertencentes a diferentes gerações, fixaram-se em no litoral do atual Estado do Paraná no início daquele século. Nesse particular, o comparativo entre as trajetórias de Agostinho Lima e de seu sogro Antônio Vieira dos Santos permitiu reunir indícios acerca dessas aproximações.

Há três resultados centrais apresentados nesta investigação. Primeiro, cabe destacar que o limite das oportunidades obtidas por Agostinho Lima no primeiro decênio de sua residência em Morretes consistiu em contrair matrimônio com a filha de um compatrício e se tornar comerciante varejista. Tal limitação fora característica também aos portugueses da família Vieira dos Santos estabelecidos em Paranaguá no início do século XIX, notadamente o seu sogro Antônio. O estudo aqui empreendido evidenciou a existência de etapas comuns às trajetórias de compatriotas pertencentes a diferentes gerações que buscaram, na região de Morretes, se afirmarem como comerciantes autônomos.

O segundo aspecto capital desta análise diz respeito ao fato de que, ao lado da manutenção de vínculos familiares, a criação de relações econômicas era decisiva para jovens imigrantes de origem portuguesa consolidar, nas primeiras décadas do século XIX, um pertencimento à área litorânea do atual Paraná. A construção de vínculos econômicos era uma forma de estreitamento de laços sociais com personagens da elite local. Desse modo, foi relevante a Agostinho Lima, no primeiro momento de sua atuação comercial em Morretes, manter uma sociedade comercial com o citado Manuel Francisco Correia Júnior, filho de um imigrante português.

Por fim, o terceiro elemento a ser ressaltado é que, em Morretes, Agostinho Lima vinculou-se a uma parentela (os Vieira dos Santos) que não possuía extensas conexões econômicas e sociais para além dos municípios do litoral do atual Paraná. De sua parte, Lima, no decorrer dos anos 1840, também não ampliou significativamente suas conexões comerciais e familiares para além da mencionada região.

Ao contrário, ele se acomodou em uma posição que fora peculiar ao seu sogro desde os anos 1810. Tal posição era a de um comerciante varejista dedicado à constituição de vínculos familiares, por meio do compadrio, com personagens da elite social de Morretes. Ao longo da década de 1840, as atividades sociais de Agostinho de Lima foram marcadas por um caráter rotineiro. A atuação no pequeno comércio, a legitimidade de organizar eventos religiosos e a construção de laços sociais com integrantes da elite local por meio do compadrio foram os aspectos centrais da estabilidade conquistada por Lima após sua migração para Morretes.

#### Fontes documentais

- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DOS DOMÍNIOS POTUGUESES/UFPR. Lista Nominativa de Habitantes da Freguesia de Morretes, ano de 1836 (fotocópia).
- DEZENOVE DE DEZEMBRO, n. 14, 10 jun. 1857.
- REVISTA GENEALÓGICA LATINA, v. 9-10, 1956.
- SANTOS, Antônio Vieira dos. *Breve rezumo das memorias mais notáveis acontecidas desde o anno de 1797 até 1827*. Manuscrito sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes (Rua XV de Novembro, 1050, Curitiba).
- \_\_\_\_\_. Memória Histórica de Morretes e do Porto Real, vulgarmente Porto de Cima. Curitiba: Museu Paranaense, 1950 [1851].
- \_\_\_\_\_. Memorias dos sucessos mais notáveis acontecidos desde o anno de 1838 a Antônio Vieira dos Santos. Manuscrito sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes (Rua XV de Novembro, 1050, Curitiba).
- MUSEU DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Inventário de Manuel Francisco Correia, cidade de Paranaguá, ano de 1866 (manuscrito).

### Referências bibliográficas

- ALVES, Alessandro Cavassin. *A parentela reunida (1853-1889)*. A classe política. A parentela no Governo. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros*: emigração e retorno no Porto setecentista. Porto: Gráficos Reunidos, 1995.
- BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade*. Uma paróquia Vêneta no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.
- BARROSO, Vera. *Açorianos no Brasil*: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.
- BERUTE, Gabriel; SCOTT, Ana; SCOTT, Dario. Negócios em família: migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre, Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII-XIX). In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, n. 30, 2017, p. 105-120.
- BIDEAU, Alain e NADALIN, Sérgio Odilon. Une communauté allemande au

- *Brésil*: de l'immigration aux contacts culturels, XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle. Paris: Ined, 2011.
- BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil*: dores do crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha*: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830). Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_ & GOMES, Sandro Aramis Richter. *Antônio Vieira dos Santos*: reminiscências e outros escritos. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2014.
- COLATUSSO, Denise Eurich. *Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *O último Capitão-Mor (1782-1957)*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1988.
- GORENSTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira. Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993.
- HELFENSTEIN, Janaína Cristiane da Silva. *Entre a vida comunitária e a vida conjugal*: a composição das famílias luteranas de Imbituva, Paraná (1943-1959). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (c.1748-c.1763). Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo*: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888). Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovani. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-36.
- LIMA, Carlos A. M. *Pequenos patriarcas*: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-844).

- Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante*: sociabilidades e laços de parentesco. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca*: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *Paróquia de São Pedro do Rio Grande*: estudo de história demográfica (1737-1850). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná Curitiba, 1992.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.* 2 volumes. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCARPIM, Fábio Augusto. *O mais belo florão da Igreja*: família e práticas de religiosidade em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo-PR, 1937-1965). Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2016.
- SCOTT, Ana Volpi (Org.). *Gentes das Ilhas*: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, v. 5, n. 2, outubro de 1999, p. 61-88.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João V.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- STOLLMEIER, Luara. *Os Fontana*: aspectos da experiência imigrante (1880-2015). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.
- VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. Relatório do presidente da província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba, Typographia de Cândido Martins Lopes, 1854.